

Obra

GONÇAL MAYOS

Actualmente, quando o “empírico” não existe e a “lógica” é um monstro fantástico, a obra de Hegel continua a lançar-nos um desafio impossível de aceitar. Neste desafio, lógica e empírico estão intimamente unidos, sendo esta a força e a fé que Hegel quis transmitir nos escritos que analisaremos a seguir.

Fenomenologia do espírito

Uma das obras-primas da filosofia de todos os tempos. A complexidade da *Fenomenologia do Espírito* resulta, em grande medida, da suposta necessidade de tradução constante e simultânea de dois discursos profundamente contrários. Além disso, é a inter-relação – mais que uma mera soma mecânica – de duas perspectivas ou de dois discursos tão diferentes quanto ontologicamente incompatíveis. Na *Fenomenologia* não se expõe nenhum desenvolvimento cognoscitivo «tranquilo»; pelo contrário, expõe-se uma experiência trágica e tão decisiva que nela se joga o ser mais profundo e essencial de quem a protagoniza – ou seja, o «ser» e a «vida» de cada uma das figuras da consciência que constituem a *Fenomenologia*.

Além disso, nada muda nem pode reduzir em nada essa tragédia, embora paralelamente também se exponham as profundas e frias consequências lógicas de tão trágica experiência da perspectiva da consciência filosófica experiente – que previamente já sofreu na pele aquela dramática experiência – e que agora simplesmente as analisa especulativamente. Ou seja, essa experiente consciência filosófica, mais do que reviver aquelas terríveis experiências, recorda-as agora como mero material conceptual das suas análises e das suas conclusões gnosiológicas e de todo o tipo.

Escrita para filósofos. Enquanto a *Fenomenologia do Espírito* foi escrita para filósofos versados, Hegel alude à consciência filosófica experiente, usando a primeira pessoa do plural «nós», pois pressupõe que o leitor é capaz de compreender a lógica racional – «em e para si» – a que preside todo o desenvolvimento da *Fenomenologia*. Em contrapartida, e para diferenciar as perspectivas, quando Hegel expõe o «em si» vivido pela consciência resultante da experiência – pela primeira vez, por assim dizer – costuma usar a terceira pessoa do singular, «ele» ou «ela», embora em alguns casos muito significativos use a primeira pessoa do singular «eu». Consequentemente, o filósofo quer dizer sem dúvida que todos vivemos a nossa vida pessoal, privada, singular e particular como um eu tragicamente desorientado, angustiado, porque sente ameaçado aquilo que acredita ser a sua única realidade: o seu *eu*.

Todos vivemos irracionalmente inconscientes daquilo que nos une ao todo racional, ao *logos* que existe na realidade e se concretiza na história. Só alguns, e depois de terem amadurecido através de dramáticas experiências vitais, mas também de terem desenvolvido a fria capacidade especulativa do filósofo, podem conhecer essa racionalidade que tudo e todos penetra, elevando-se assim a um conhecimento rigoroso que é, necessariamente, universal e comum.

O objectivo da *Fenomenologia*. O objectivo filosófico básico de Hegel era identificar ou reconhecer – *erkennen* – o real e efectivo no seio dos conflitos mais profundos, das desgraças mais terríveis ou das circunstâncias particulares mais incompreensíveis. Queria tornar filosoficamente científico – ou seja, mostrar a sua racionalidade – o caos dos acontecimentos, mostrando que, sob a sua dispersa variabilidade, existe algo que –

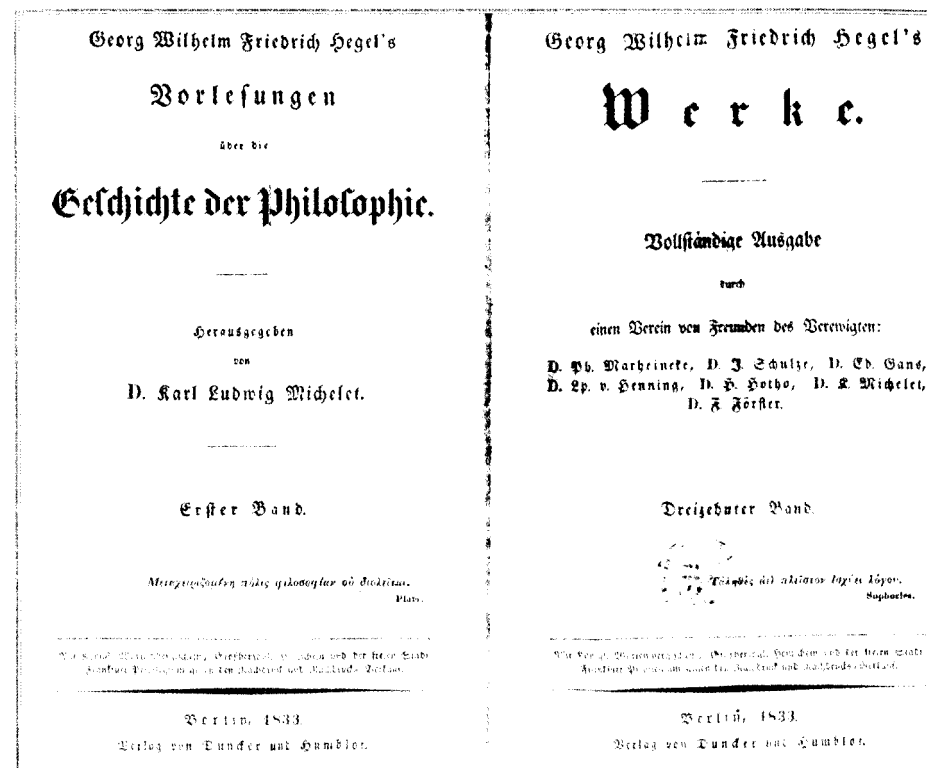
pelo menos dentro do estágio histórico, cognoscitivo e vital em que se apresenta – mostra uma racionalidade irrefutável, radical, insuperável, substancial enquanto encontra em si a sua plena legitimação. Em suma, algo «absoluto».

No entanto, para se evidenciar essa irrefutabilidade, radicalidade, insuperabilidade, substancialidade e absoluto racional, é necessário mostrá-la emergindo do irreduzível conflito dialéctico, com toda a sua negatividade, alienação e particularidade. «Eu» ou «ele» devem viver «em si» e profundamente o seu conflito particular, mas a dialéctica deve elevá-los – sempre *post factum* – à reconciliação com aquilo que entre todos fizeram (em e para si), capacidade que somente o filósofo terá e poderá certificar cientificamente.

Em suma, Hegel pensa que é necessário que a dialéctica intrínseca à existência empírica particular dos «eus» – por exemplo, com guerras ou dramáticas incompreensões, inclusive em relação a si próprio – mostre o seu valor “lógico” universal, supremo e absoluto, des-truindo-se precisa e inevitavelmente como essa particularidade. Só então se desvendará outra figura da consciência, também particular, que mais tarde também deverá ser ultrapassada. Segundo Hegel, o conhecimento filosófico surge apenas da recordação desta trágica vivência e, sobretudo, da sua conceptualização lógica; este, precisamente por não ser alheio ao drama vivido, capta a sua racionalidade absoluta.

Diz Hegel: «A tarefa da filosofia consiste na conceptualização daquilo que é, dado que o que é é a razão. Relativamente ao indivíduo, cada um é – além disso – filho do seu tempo; porém, a filosofia também é o seu tempo captado em pensamentos». A *Fenomenologia do Espírito* é a primeira grande tentativa de Hegel para realizar e concluir a tarefa filosófica de abarcar o todo – não só alguns aspectos concretos, como as ciências especializadas –, demonstrando as suas dificuldades e o complexo caminho para a sua consecução.

Posição da *Fenomenologia*. A *Fenomenologia do Espírito* é para muitos uma das obras-primas da filosofia de todos os tempos, precisamente por salientar a dialéctica que une experiência e conceptualização, sem com isso esquecer a profunda incompatibilidade entre o viver e o filosofar. Pois existe um profundo abismo – que é possível que Hegel



CAPA DAS LIÇÕES DE HISTÓRIA DA FILOSOFIA de G. W. F. Hegel, vol. 1, edição de 1833, a cargo de Karl Ludwig Michelet (1801-1893), continuador do pensamento de Hegel e fundador da Sociedade Filosófica berlinense. À direita, vol. 13 das obras completas de Hegel, publicadas em Berlim por Duckner e Humbolt entre 1832 e 1840. ◊

depois tendesse a minimizar, embora sem nunca esquecer – entre, por um lado, viver ou cavalgar sobre o «tigre» solto e imprevisível que é a realidade no seu devir – mesmo que se pretenda ser «o portador» do «espírito universal» nesse momento – e, por outro lado, obter o conhecimento especulativo absoluto, reconhecendo, «perdoando» e «reconciliando-se» com as inevitáveis tragédias vitais e históricas.

Na *Fenomenologia do Espírito*, Hegel reconhece lucidamente a diferença ontológica existente entre ambas as «perspectivas», apesar de o «saber absoluto» só poder nascer

da reconciliação dialéctica *post factum* entre o efectivamente experimentado na própria singularidade e os seus resultados efectivos válidos universal e racionalmente.

Ciência da Lógica

Uma brilhante integração da história da filosofia. A *Ciência da Lógica* é a primeira parte do seu sistema, na qual Hegel exprime uma grande erudição – muitas vezes não apreciada, por citar muito pouco – e, sobretudo, um grande brilhantismo ao formular os mais profundos argumentos metafísicos e filosóficos tradicionais, integrando-os habilmente numa pessoal estrutura dialéctica que constitui a alma dinâmica do «seu sistema». Hegel é capaz de integrar e vincular subtilmente, num único discurso e no mesmo fio dialéctico, toda a história da filosofia, que parece assim definitivamente colocada na sua ordem do conceito, na própria lógica das ideias e da realidade, como a explicitação especulativa daquilo que existia anteriormente e com independência do seu ser concreto, ôntico e material.

Primeira parte do sistema. Com grande precisão e brilhantismo, Hegel consegue apresentar a primeira parte do seu sistema como a própria lógica dos conceitos filosóficos, que, movidos exclusivamente pela sua dinâmica interna, se desenvolvem e transformam uns nos outros até definir o grande arco do *todo*, da *ideia*. Portanto, a sua *Ciência da Lógica* torna-se – aos olhos do leitor que acompanha fascinado a sua complexa dialéctica – na exposição de quase toda a filosofia, mas de uma forma mais verídica, essencial e desprovida; ou seja, sem considerações circunstanciais e sem se desviar da questão pelo acidental – apesar de ter sido assim formulado pelos mais prestigiados filósofos do passado – e, em consequência, seguindo puramente a profunda *lógica* do conceptual ou argumentativo.

O culminar da filosofia. Além disso, e não é algo menor nem externo ao grande reconhecimento que rapidamente alcançaram a *Ciência da Lógica* e o seu autor, define o sistema filosófico hegeliano como o culminar, pelo menos momentâneo, de toda a filosofia. Hegel aborda a sua filosofia numa perspectiva que culmina e ultrapassa a novíssima

filosofia alemã de Schelling ou Fichte e que, através de tantos outros, chega a Kant – analisa-os sobretudo na terceira parte, «Doutrina do Conceito». Mostra o pensamento crítico kantiano nas suas limitações, que finalmente seriam ultrapassadas, mas também como culminar e superação do representacionismo metafísico do Iluminismo e da grande filosofia moderna, que através de Leibniz chega até Descartes – na segunda parte, «Doutrina da essência». Nesta parte, também não esquece Espinosa, o grande sistema racionalista que o idealismo alemão e, sobretudo, Hegel dinamizam. Estuda o essencial dos grandes místicos, que são os primeiros a intuir o absoluto que Hegel explicitaria, mas também dos grandes escolásticos. Hegel dará ainda mais importância na sua exposição «lógica» da filosofia aos expoentes da suprema filosofia grega de Aristóteles a Platão, e de Parménides a Heraclito – analisados sobretudo na primeira parte, «Doutrina do ser».

Objectivo filosófico do futuro. No entanto, não se fica por aqui; definindo o conjunto do *seu sistema*, Hegel enuncia e estabelece o seu primordial objectivo filosófico do futuro: continuar esse desenvolvimento dialéctico, já não só no campo *puro e meramente lógico* dos próprios conceitos, mas na sua encarnação empírica, na sua realização particularizada e na sua concretização plenamente real. Por isso, o sistema hegeliano deverá no futuro acrescentar à recém-publicada *Ciência da Lógica* uma *filosofia real* que terá duas partes: uma *filosofia da natureza* – expondo o desenvolvimento dialéctico implícito no mundo natural – e uma *filosofia do espírito*. Esta irá expor o desenvolvimento dialéctico interno que move o mundo humano: do antropológico, do psicológico, do moral, das instituições sociais, do Estado, da história universal da humanidade no seu conjunto, da evolução da arte, da religião e, finalmente, acima de tudo, da filosofia.

Lições de Filosofia da História Universal

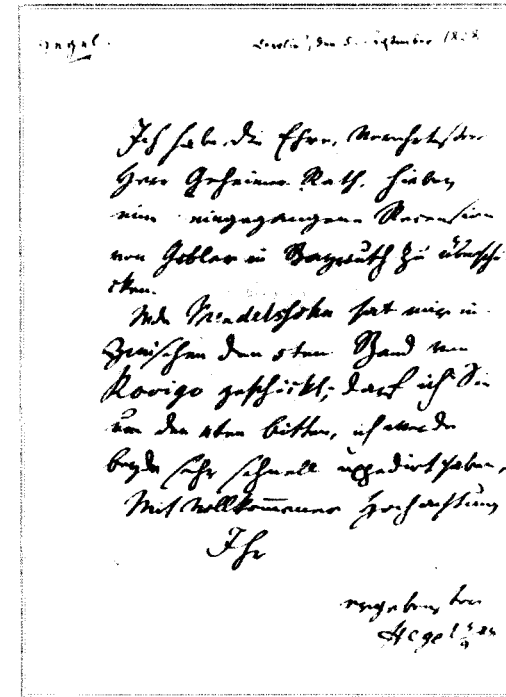
A razão na história. Uma das séries de lições mais influentes do ensino hegeliano na Universidade de Berlim é, sem dúvida, a dedicada à filosofia da história universal. Com ela, Hegel posicionou-se como o principal filósofo da história, pois este galar-

dão só pode ser disputado pelo seu discípulo e crítico Marx, apesar de este pretender ser um cientista ou teórico da história e não um simples filósofo.

Consciente da importância da visão geral, interpretativa e, portanto, filosófica da história da humanidade e das suas instituições, Hegel tinha em mente, antes de morrer, o projecto de escrever finalmente a sua obra definitiva sobre esta questão. Lamentavelmente, não o pôde fazer, embora tenha redigido o importante capítulo introdutório, hoje editado – completado com elementos das suas aulas – com o título *A Razão na História* por um dos grandes estudiosos da evolução de Hegel: Johannes Hoffmeister. Assim este organizava o primeiro volume incompleto das *Lições sobre Filosofia da História Universal*, editadas postumamente pelo discípulo de Hegel, Georg Lasson.

A história no sistema hegeliano. No sistema hegeliano, a história universal ocupa um lugar de transição entre o espírito objectivo e o espírito absoluto. É, mais concretamente, o terceiro momento do Estado e representa a única instância objectiva e real que pode julgar o Estado. Para Hegel, a história é o único juízo que está acima do Estado, esse *leviatã* ou «deus mundano», como dizia Hobbes. Por conseguinte, embora os Estados representem o universal para os cidadãos, relativamente aos restantes Estados são indivíduos confrontados entre si que reclamam exactamente a mesma legitimidade. Nas relações intra-estatais ou internacionais, perdeu-se, portanto, a relação com a universalidade, reproduzindo-se a guerra hobbesiana de todos contra todos, apesar de a uma escala muito mais destrutiva.

Momentos no desenvolvimento do espírito universal. Como era habitual na sua época, a história universal hegeliana é uma história política, mas com o importante complemento de que os diferentes Estados hegemónicos representam diferentes povos e devem ser considerados como momentos sucessivos no desenvolvimento do espírito universal, com toda a riqueza. Hegel considera que, na história, o mesmo espírito universal se manifesta como «a realidade espiritual em toda a extensão da sua interioridade e exterioridade». Por conseguinte, a filosofia hegeliana da história engloba quase a totalidade dos momentos da filosofia do espírito e representa a superação do



MANUSCRITO COM DIVERSAS NOTAS DE HEGEL, FECHADO até 1820. O idealismo que Hegel pretende transmitir através da sua obra deve ser entendido, no espírito da sua época, a partir da palavra «ideia», sinónimo de «conhecimento», e não com as conotações dos nossos dias, em que o idealismo está mais relacionado com determinados ideais, muitas vezes utópicos. ♦

espírito objectivo em relação ao absoluto. *O juízo universal* que representa a história remete para o absoluto, para aquilo que – segundo Hegel – a arte materializa, a religião representa intuitivamente e a filosofia pensa científica e especulativamente.

Filosofia hegeliana da história e do espírito. Portanto, a filosofia hegeliana da história contém a totalidade da filosofia hegeliana do espírito, embora na sua ordem cronológica e diacrónica, e não sistemática. O leitor agradecerá, pois, desta forma, a obra hegeliana será mais clara e fácil de interpretar, sem perder de vista as suas referentes. Nesta obra, Hegel esforça-se por mostrar como os fenómenos ou factos históricos – *o empírico histórico* – devem ser interpretados de forma que manifestem a mesma *lógica e sentido* especulativos que o conjunto do sistema hegeliano. Precisamente por isso, nas *Lições sobre Filosofia da História Universal* existe uma conjunção constante e harmónica entre o empírico e o lógico, o histórico e o especulativo, talvez só compa-

rável com a *Fenomenologia*, mas sem a sua complexa dificuldade. Assim, recomendamos iniciar a leitura directa das obras de Hegel pela sua *Filosofia da História*.

Filosofia do Direito

A obra de Hegel mais lida e polémica. *Princípios da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência Política* é o título completo e muito pouco usado do que normalmente se denomina a *Filosofia do Direito* de Hegel, publicada em 1821. Trata-se, sem dúvida, da sua obra mais lida, comentada e bem compreendida, dado que – como vimos – se inscreve claramente nos debates políticos e sociais do seu tempo, mas também continua a ser polémica depois da sua morte, por exemplo, através da influência que teve nos marxistas.

Esta obra inclui um prefácio com a bela e famosa metáfora da filosofia como a «coruja de Minerva», que apenas é capaz de levantar o seu voo – especulativo, rigorosamente conceptual e cientificamente explicativo – quando os fenómenos e factos analisados iniciaram o seu *crepúsculo*.

Neste ponto, o *idealista e metafísico* Hegel mostrar-se-ia mais humilde e reconheceria a limitação da filosofia, ao contrário, por exemplo, do *materialista e revolucionário* Marx.

De acordo com a monótona dialéctica que Hegel predicou na sua fase madura, o livro está dividido em três partes. A primeira é dedicada ao «direito abstracto», que, segundo Hegel, contempla a definição e análise da *propriedade*, do contrato e da *injustiça*. A segunda parte estuda a «moralidade» (em alemão, *Moralität*), entendida como subjectiva, pessoal e de consciência privada; por isso, Hegel analisa nela as três questões do *propósito* e da *responsabilidade*, da *intenção* e do *bem-estar* e do bem e da *consciência moral*. A terceira parte, mais ampla e culminante, é dedicada à «eticidade» (em alemão, *Sittlichkeit*), que analisa estruturas muito mais dependentes de um *ethos* colectivo e já institucionalizadas formalmente; assim, estuda em primeiro lugar a *família*,



FACHADA DA UNIVERSIDADE DE HEIDELBERG. Nesta prestigiada universidade, Hegel conseguiu a tão desejada tranquilidade e projecção universitária, podendo assim concentrar-se na planificação geral do seu sistema, o que se verificou em 1817, com a publicação da Enciclopédia das Ciências Filosóficas. ♦

considerando o casamento, o património familiar e a educação dos filhos e a dissolução da família; a segunda parte, ainda mais pormenorizadamente desenvolvida, aborda a *sociedade civil*, que inclui o *sistema das necessidades*, a *administração da justiça* e o *poder da polícia e corporação*.

A última parte da «eticidade» é o Estado, no qual analisa o *direito político interno*, com os três poderes – executivo, legislativo e judicial – e o *direito político externo*. Finalmente, algo muito específico de Hegel, termina com um terceiro momento que une o *espírito objectivo* com o espírito absoluto, que é a *história universal*, o que se deve ao facto de Hegel desconfiar das esperanças kantianas sobre uma sociedade de nações que legisle e garanta a lei internacional, considerando, por isso, que o *juízo universal* dos Estados

e das suas políticas só pode surgir do veredicto da história. Evidentemente, Hegel alimenta críticas por se limitar a defender o *status quo* existente e a divinizar o Estado, sem lhe colocar qualquer restrição.

Primeiro programa do idealismo alemão

Para uma liberdade e igualdade universal de todos os espíritos. Chamamos *Systemprogramm* ou *Primeiro Programa do Idealismo Alemão* a um texto fragmentado do qual só nos chegou a última folha escrita em ambos os lados. Os especialistas referiram que a letra era, indubitavelmente, de Hegel, mas existem ainda mais dúvidas sobre a autoria intelectual. Parece claro tratar-se de um texto que circulava provavelmente em diversas cópias e que era discutido em círculos filosóficos e políticos partidários do emergente idealismo e da contemporânea Revolução Francesa. De forma programática, esboça-se a ordenação de um sistema considerado como tarefa primordial da filosofia no futuro.

O fragmento conservado inicia-se com a reclamação da realização de uma ética como – primeira? – parte do sistema. No entanto, segundo se diz, aponta para uma complexa e nova síntese entre Espinosa – dado que deveria conter «toda a metafísica» –, Fichte – prioridade da razão prática em detrimento da teórica – e Kant – refere-se explicitamente aos seus postulados práticos. Este sistema metafísico global que prioriza a razão prática teria como base incondicionada o eu livre e a sua acção originária – que se diz ser a única «criação a partir do nada» concebível. O sistema continuaria com uma filosofia da natureza que deveria ir para lá da física newtoniana e experimental e, por conseguinte, entrar na «obra humana». Aqui mostra-se muito contrário ao Estado – é uma máquina que não permite a liberdade – e partidário da Revolução Francesa, criticando a tese kantiana da «paz perpétua» e outras, porque são «ideias subordinadas de uma ideia superior».

Confiando em Schiller, o texto afirma que essa ideia superior é a beleza, dado que é aquela que «unifica todas as restantes» ideias. Propõe a inseparabilidade da razão e da

estética, da filosofia e da poesia, atacando os filósofos incapazes de se exprimirem de forma elegante e de fazerem chegar a sua mensagem ao povo iletrado. Nessa direcção, pugna por uma «religião sensível» e por uma «nova mitologia», mas ao serviço das ideias e da razão. Assim, seria possível a harmonia entre homens cultos e incultos e entre as diferentes faculdades humanas, produzindo-se finalmente a «liberdade e igualdade universal de todos os espíritos».

OBRAS DE HEGEL

UM ANTES E UM DEPOIS
NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

Hegel escreveu e publicou em vida um grande número de obras, escritos e tratados nos quais, desde os primeiros escritos de juventude, foi paulatinamente refinando o seu pensamento filosófico.

OBRAS PUBLICADAS EM VIDA

Primeiro Programa do Idealismo Alemão.

Escrito por volta de 1796-1797, é um texto fragmentário do qual só nos chegou a última folha escrita nas duas faces pelo próprio Hegel.

De forma pragmática, esboça-se a ordenação de um sistema considerado como tarefa primordial da filosofia no futuro.

“Elêusis”.

Trata-se de um poema de juventude escrito em 1799, no qual Hegel tenta conciliar – através da comparação entre Jesus Cristo e Sócrates – a antiguidade grega com o cristianismo.

É uma obra claramente influenciada pelo pensamento romântico, na qual não faltam doses do sentimentalismo e da ingenuidade político-social que tanto menosprezará posteriormente.

A Constituição da Alemanha.

Escrita em 1802, Hegel revê a situação do Estado alemão e compara-a com o resto da Europa, fazendo referência, de forma sintética, às três formas de governo

e à sucessão histórica registada: o despotismo oriental, as antigas repúblicas e a modernidade da monarquia.

Fenomenologia do Espírito.

Concluída em 1806, é para muitos uma das obras-primas da filosofia de todos os tempos, precisamente por salientar a dialéctica que une experiência e conceptualização.

A *Fenomenologia do Espírito* pode ser considerada uma verdadeira síntese macrofilosófica da época, que culmina os anos dourados que Hegel passou na Universidade de Jena.

Ciência da Lógica.

Publicada em três volumes, em Heidelberg, entre 1812 e 1816, a *Ciência da Lógica* é a primeira parte do sistema hegeliano.

O autor formula, com grande brilhantismo e erudição, os mais profundos argumentos metafísicos e filosóficos tradicionais, integrando-os habilmente numa estrutura dialéctica que constitui a alma dinâmica do seu sistema.

Este pensamento parte da sua grande obra *Fenomenologia do Espírito*, mas culmina especialmente nos escritos e nos apontamentos reunidos pelos seus alunos da Universidade de Berlim e publicados postumamente.

É aqui que Hegel alcança não só a sua maturidade filosófica, como também o auge de um sistema que marcaria um antes e um depois na história do pensamento universal.

Enciclopédia das Ciências Filosóficas.

Escrita em 1817, a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* é o grande contributo da estadia de Hegel em Heidelberg e constitui a primeira versão do resumo do seu sistema.

Sem renunciar à sua aproximação realista e descarnada às realidades da existência humana e da história que tão vívida era na *Fenomenologia*, Hegel apresenta agora o seu sistema num estilo mais frio e exclusivamente panlógico.

Filosofia do Direito.

Princípios da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência Política é o título completo e muito pouco usado com o qual apareceu publicada, pela primeira vez, esta obra de Hegel, normalmente denominada *Filosofia do Direito*.

Trata-se, sem dúvida, da sua obra mais lida, comentada e mais bem compreendida, dado que está claramente inscrita nos debates políticos e sociais do seu tempo, mas também continuará a ser polémica para além dele, por exemplo através da grande influência que teve posteriormente nos marxistas.

OBRAS PUBLICADAS POSTUMAMENTE

Lições de Filosofia da História Universal.

Editadas postumamente pelo discípulo de Hegel, Georg Lasson, *Lições de Filosofia da História Universal*, a *Estética ou Filosofia da Arte*, a *Filosofia da Religião* e a *História da Filosofia* são obras fruto dos cursos e conferências hegelianas da Universidade de Berlim e durante ano foram atribuídas ao próprio Hegel.

São as mais influentes do pensamento de Hegel, apesar de, num sentido estrito, não poderem ser consideradas totalmente suas.